

http://gsa2.trt4.jus.br/search?q=cache:VMXPvHeVUBAJ:iframe.trt4.jus.br/nj4_jurisp/jurispnovo.ExibirAcordaoRTF
%3FpCodAndamento%3D24361089+inmeta%3ADATA_DOCUMENTO%3A2005-09-08..2010-09-08+++a
%C3%A7%C3%A3o+civil+p%C3%BAblica&client=jurisp&site=jurisp&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-
8&lr=lang_pt&access=p&oe=UTF-8

0175700-02.2005.5.04.0382 (RO)

Redator:

CARLOS ALBERTO ROBINSON

Data:

05/10/2006 **Origem:**

2ª Vara do Trabalho de Taquara

MENTA: RECURSO ORDINÁRIO DA DEMANDADA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS.

Tratando-se, a exibição de documentos vindicada, de providência imprescindível à aferição da oportunidade, ou não, do ajuizamento de **ação civil pública**, plenamente justificável a presente **ação** cautelar, na forma do artigo 844 do CPC, de aplicação supletiva. Irrelevante, ao deslinde da controvérsia, perquirir-se acerca da regularidade, ou não, da constituição da cooperativa demandada, na medida em que a pretensão do autor possui natureza instrumental, de caráter preparatório ao eventual ajuizamento de demanda da sua titularidade. Recurso não provido.

VISTOS e relatados estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO** interposto de sentença proferida pelo MM. Juiz da 2ª Vara do Trabalho de Taquara, sendo recorrente **MULTIPAR - COOPERATIVA DE SERVIÇOS DO PARANHANA LTDA.** e recorrido **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.**

Recorre ordinariamente a demandada, inconformada com a decisão *a quo* que julgou procedente a presente **ação** cautelar de exibição de documentos (fls. 141-143). Sustenta que a sentença, ao fixar multa diária para o caso do seu descumprimento,

extrapolou os limites da lide. Entende, outrossim, ser a Justiça do Trabalho incompetente para o processamento do feito, bem como ser o Ministério Público do Trabalho parte ilegítima para figurar no pólo ativo da presente relação processual. Aduz, ainda, ser cooperativa regularmente constituída, em razão do que reputa equivocada a determinação contida na sentença, de serem apresentados os documentos referidos na petição inicial da presente **ação** cautelar. Requer, por derradeiro, a improcedência do feito, com a condenação do autor ao pagamento das custas processuais.

Há contra-razões do demandante.

É o relatório.

ISTO POSTO:

RECURSO ORDINÁRIO DA DEMANDADA

MULTA DIÁRIA. LIMITES OBJETIVOS DA LIDE

A demandada entende que a sentença, ao deferir a parcela em epígrafe, extrapolou os limites da lide, porquanto não postulada, na petição inicial, a aplicação de multa diária. Postula, em consequência, seja declarada a nulidade da decisão de origem ou, alternativamente, seja excluído da condenação o pagamento respectivo.

Sem razão.

Não há falar na inobservância dos limites objetivos da lide, nos moldes propugnados nas razões recursais, na medida em que a multa em apreço é cominação que pode ser aplicada de ofício, consoante expressa dicção do parágrafo 4º do artigo 461 do CPC, de aplicação supletiva.

Tratando-se, outrossim, de providência que visa assegurar o resultado útil do comando condenatório, nenhum reparo merece a sentença no tocante à multa diária nela estabelecida, na hipótese do seu não-cumprimento.

Nego provimento.

INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

A demandada entende ser esta Justiça Especializada incompetente para o processamento do feito, bem como ser o Ministério Público do Trabalho parte ilegítima para figurar no pólo ativo da presente relação processual. Aduz que as causas tendentes à declaração da regularidade da constituição das Cooperativas devem ser dirimidas no âmbito da Justiça Comum, bem como que o fim colimado pelo autor poderia ter sido satisfatoriamente atingido mediante requisição, por ofício, a ser veiculada nos autos de **ação civil pública**, eventualmente interposta.

Sem razão.

A possibilidade de ser postulada a exibição de documento como procedimento preparatório encontra-se expressamente prevista no art. 844 do Código de Processo **Civil**, aplicável ao processo do trabalho por força do art. 769 da CLT. Não há falar, portanto, em incompetência desta Justiça Especializada, em razão da matéria.

Inequívoca, outrossim, a legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho. Não tendo logrado êxito na obtenção dos documentos que, no seu entendimento, são imprescindíveis para a verificação da regular constituição da cooperativa demandada, é patente a sua legitimidade para a causa, notadamente porque a ele compete, dentre outras atribuições, a promoção de inquérito **civil** e das ações cabíveis para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, na forma dos artigos 83 e 84 da Lei Complementar 75/93.

Ademais, tratando-se, a presente **ação** cautelar, de procedimento preparatório ao ajuizamento, ou não, de demanda ulterior visando tutelar as relações de trabalho eventualmente havidas com a reclamada, é evidente, também por tal fundamento, a competência material da Justiça do Trabalho.

Nego provimento.

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS

A demandada sustenta, em longo arrazoado, ser cooperativa regularmente constituída, em razão do que reputa equivocada a determinação contida na sentença, de serem apresentados os documentos referidos na petição inicial da presente **ação** cautelar. Destaca ter tentado, em inúmeras oportunidades, marcar audiência junto à Procuradoria do Trabalho, não tendo logrado êxito nessa empreitada, bem como ser legítima a recusa em fornecer a “relação de tomadores” vindicada na petição inicial. Noticia, ainda, a existência de pareceres recentemente emitidos pelo Ministério Público do Trabalho, no sentido de inexistir fraude entre seus associados ou com seus tomadores, em razão do que não se justifica o ajuizamento da presente demanda.

Sem razão.

Na esteira dos fundamentos lançados quando da análise das questões atinentes à incompetência em razão da matéria e à ilegitimidade ativa, é inequivocamente legítima a pretensão do Ministério Público do Trabalho, no sentido de ser determinada a exibição da relação de todos os *“atuais tomadores de serviços”* da demandada e *“cópia de todos os contratos por ela firmados com terceiros nos últimos dois anos ou cujos efeitos até então vigoraram”* (alínea “c” da fl. 06).

Tratando-se de providência imprescindível à aferição da oportunidade, ou não, do ajuizamento de **ação civil pública**, plenamente justificável o ajuizamento da presente **ação** cautelar, na forma do artigo 844 do CPC, de aplicação supletiva.

Irrelevante, ao deslinde da controvérsia, perquirir-se acerca da regularidade, ou não, da constituição da cooperativa demandada, na medida em que a pretensão do autor possui natureza instrumental, de caráter preparatório ao eventual ajuizamento de demanda da sua titularidade (**ação civil pública**).

Inócua, outrossim, a alegação de já terem sido exarados, pelo Ministério Público do Trabalho, pareceres anteriores concluindo pela inexistência de fraude na relação havida entre os associados da demandada e entre esta e seus tomadores de serviços.

Como bem sinalado na origem, o “requerente demonstra ter postulado a documentação arrolada na inicial diretamente à requerida nos autos de procedimento investigatório, no que não foi atendido. Anteriormente, a requerida já havia se recusado a exhibir

documentos a agentes do Ministério do Trabalho, fato que deu origem ao procedimento investigatório. A requerida foi autuada por infração ao art. 630, § 3º, da CLT, tendo se recusado, diversas vezes, a apresentar documentos ao fiscal do trabalho” (fl. 143).

Ademais, ainda que o Ministério Público do Trabalho seja uno e indivisível, os pareceres lançados quando da sua atuação como órgão interveniente não obstam a revisão do entendimento neles contido, notadamente em face da possibilidade de, a qualquer tempo, serem descumpridas as obrigações trabalhistas que pretende tutelar. Aos mesmos fundamentos, tais pareceres não podem ser considerados óbice à instauração de novos procedimentos investigativos pelo Ministério Público do Trabalho, quando convencido da existência de irregularidades passíveis de apuração.

Avulta observar, por fim, que a demandada não apresentou, em nenhum momento, justificativa que, por sua relevância, legitime a recusa na apresentação dos documentos cuja exibição é pretendida pelo autor.

Nessa senda, não se evidenciando sequer a possibilidade de eventuais prejuízos à demandada, decorrentes da exibição dos documentos arrolados pelo demandante, nenhum reparo merece a sentença, no tocante à determinação nela contida, nesse sentido.

Nego provimento.

CUSTAS PROCESSUAIS

A demandada, confiante na integral reforma da sentença, requer a condenação do demandante ao pagamento das custas processuais.

Sem razão.

Mantida integralmente a decisão *a quo*, que julgou procedente a presente **ação** cautelar, remanesce ao encargo da demandada o pagamento das custas processuais.

Nego provimento.

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

O demandante postula, em contra-razões, seja declarada a litigância de má-fé da demandada, condenando-a ao pagamento das multas dela decorrentes.

Sem razão.

Da análise dos autos não se pode concluir que demandada tenha incorrido em qualquer dos incisos do art. 17 do Código de Processo **Civil**. A litigância de má-fé, para sua caracterização, pressupõe o dolo processual, o qual deve resultar inequivocamente demonstrado.

Entendo, outrossim, que, no processo do trabalho, o artigo 18 do CPC deve ser reservado para aqueles casos em que as deduções trazidas pela parte ocasionem verdadeiro tumulto processual, o que não se constata, na espécie.

Nego provimento.

Ante o exposto,

ACORDAM os Juízes da 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário da demandada.

Intimem-se.

Porto Alegre, 5 de outubro de 2006 (quinta-feira).

CARLOS ALBERTO ROBINSON - JUIZ-RELATOR